Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral Aplicação das Normas

NOTA INFORMATIVA Nº 356/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Remoção para acompanhar cônjuge.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por intermédio do Despacho acostado às fls. 76-77, o Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais – DEGEP/SEGEP/MP, solicita manifestação acerca de remoção de servidor para acompanhar o cônjuge.

2. Após análise, conclui-se pela impossibilidade de atendimento ao pedido de remoção pretendida pelo servidor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, tendo em vista que o deslocamento da cônjuge, a Sra. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, discorreu de seu próprio interesse quando, por vontade própria decidiu participar do processo de redistribuição oferecido por seu órgão de origem.

3. Da mesma forma, não cabe responsabilização à Administração em relação ao esposo, uma vez que, a sua vinda para Brasília decorreu, exclusivamente, da sua opção por concorrer a uma vaga em UF diferente daquela em que tinha residência fixa.

4. Pelo encaminhamento dos autos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Meio Ambiente para conhecimento e providências de sua alçada.

INFORMAÇÕES

5. Por intermédio do requerimento de fls. 03, o servidor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** solicitou remoção da Sede do IBAMA/DF para a Sede da Superintendência do IBAMA no Estado do Rio Grande do Norte, localizada no município de Natal/RN.

6. Conforme extraído de seu requerimento, após tomar posse no cargo efetivo, sua cônjuge, também servidora pública foi redistribuída, no interesse da Administração, para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, e lotada na

Floresta Nacional de Nísia Floresta, razão que justificaria seu pedido de remoção para o IBAMA/RN.

7. Ao analisar o pleito, a Coordenação Geral de Recursos Humanos do IBAMA exarou o Despacho acostado às fls. 12-13, de 09 de abril de 2010, com o seguinte entendimento:

Cabe ressaltar que o servidor tomou posse recentemente para suprir deficiência de pessoal naquela Diretoria, que as vagas para realização de concurso foram minuciosamente estudadas e ratificadas pelo ex-Diretor da Dilic de que todas as vagas na área de licenciamento seriam disponibilizadas para a Administração Central. Essas vagas foram publicadas por meio de Portaria do Presidente do Ibama.

A solicitação **não encontra amparo no art. 36 da Lei nº 8.112/90 que assim estabelece:**

“Parágrafo III – item A - Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; [\(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

Acontece que quando o servidor foi convocado ele já havia casado, no entanto, tomou posse em Brasília. Sua esposa ao ser redistribuída do Ibama para o ICMBio, estava lotada na Superintendência do Ibama no Rio Grande do Norte, sua redistribuição ocorreu no próprio Estado onde encontra-se a Floresta Nacional de Nísia Floresta localizadas próxima à cidade de Natal.

Diante do exposto, entendo que a **remoção do Analista deverá ser evitada para que não haja precedentes, pois o analista ao assumir o cargo sabia de todas as dificuldades que iria enfrentar. Submeto o assunto à consideração de Vossa Senhoria e demais instâncias superiores.**

8. Irresignado com a decisão retro, o interessado apresentou pedido de reconsideração da decisão de indeferimento, conforme documento de fls. 14-15, no qual apresenta alegações com vistas à modificação da decisão, bem como cita situação análoga, em que houve deferimento do pleito.

9. Ato contínuo, a Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte exarou o Memo nº 65/2010-GAB, de 08/04/2010, no qual manifesta interesse em receber o servidor pelo instituto da remoção, fls. 34-35.

10. Por sua vez, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGREH/IBAMA se manifestou por intermédio do PARECER Nº 172/2010-SELEN/CGREH, acostado às fls. 53-57, assim entendeu:

3. Em síntese, sustenta o servidor que, em 08 de março do corrente ano, tomou posse (anexo IV) e em 12 de março, sua esposa foi redistribuída (Portaria nº 693, de 12 de março de 2010, anexo V), por interesse da Administração, para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO nº 03, de 22 de março de 2010 (anexo VI) – Unidade de Conservação Federal localizada no Município de Nísia Floresta, estando esta situada na região da Grande Natal, conforme Lei Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997 (anexo VII).

4. Diante dessa redistribuição superveniente, o art. 36 da Lei nº 8.112/90, já citado anteriormente, torna pertinente o seu pedido de remoção para a sede da Superintendência do IBAMA/RN, unidade deste Instituto mais próxima à unidade de conservação em que sua esposa encontra-se lotada.

(...)

7. Conclui-se que quando o servidor foi convocado ele já havia casado, no entanto, tomou posse em Brasília. Sua esposa ao ser redistribuída do Ibama para ICMBio estava lotada na Superintendência do Ibama no Rio Grande do Norte, sua redistribuição ocorreu no próprio Estado onde encontrava-se a Floresta Nacional de Nísia Floresta, localidade próxima à cidade de Natal.

(...)

11. Não obstante, o postulado exaurido pelo requerente com a devida vênia há que se desconsiderar as alegações dadas aos autos em parte. Embora a cônjuge tenha sido redistribuída em face da Portaria nº 693, de 12 de março de 2010, publicada no Diário Oficial, isto não descaracteriza o fato de que a ida para o ICMBio da cônjuge Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, decorreu de seu próprio pedido.

12. Aliás, pelos documentos de fls. 20/26, observa-se que a Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a época concorreu ao concurso público do Ibama de 29 de abril de 2005, cuja validade do certamente encerrou no final de agosto de 2007, uma vez que já fora prorrogada. **A candidata concorreu a uma vaga no Estado do Rio Grande do Norte, optando pelo tema 4 (ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros), classificando-se em sexta e última colocação**, o que afasta definitivamente a alegação de que tal ato decorreu por interesse da Administração.

(...)

14. O despacho da sentença judicial determina a nomeação da candidata pelo Ibama para a Unidade da Floresta Nacional de Nísia Floresta. Portanto, ela toma posse na Superintendência do Ibama, no Estado do Rio Grande do Norte e posteriormente foi aberto processo de redistribuição para o Instituto Chico Mendes, já que a Unidade de lotação, trata-se de Unidade de Conservação, pertencente aquele Instituto conforme Medida Provisória nº 366, de 2007 convertida na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

15. As provas carreadas aos autos demonstram que a época em que a Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, solteira, concorreu ao concurso do Ibama (2005), a mesma já residia em Natal/RN e optou pelo ordenamento de recursos florestais e pesqueiros com lotação na unidade da Floresta Nacional de Nísia Floresta, cuja unidade foi transferida para o Instituto Chico Mendes.

16. É certo que não se pode imputar à administração o fato de o casal estar vivendo em cidades diferentes, visto que o casamento ocorreu em 14 de novembro de 2009, e a cônjuge já encontrava lotada e em exercício desde 19.01.2009, na Flona de Nísia Floresta, a mudança do requerente de localidade não decorreu de imposição da Administração, no seu interesse. Pelo contrário, o requerente evidentemente ciente que a futura esposa havia realizado concurso público para Analista

Ambiental, cuja lotação daria-se no Estado do Rio Grande do Norte, optou por inscrever-se no concurso público para investidura no cargo de Analista Ambiental do IBAMA (Portaria nº 225, de julho de 2008, publicado no DOU de 17.07.2008), concorrendo às vagas para o Tema 1- Subtema 1.1 – Licenciamento e Auditoria Ambiental, em Brasília, pois não havia vagas do subtema escolhido para o seu estado de origem, Rio Grande do Norte.

(...)

19. Verifico, ainda, que a situação trazida nos autos já existia antes do Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ter assumido o cargo de Analista Ambiental (19.03.2010-exercício), visto que “ciente de que a esposa encontrava-se lotada na Flona Nísia Floresta/RN, submeteu-se a concurso público, cuja lotação dar-se-ia no Distrito Federal. Ou seja, não houve deslocamento do requerente, mas sim provimento inicial de cargo, o que não enseja a aplicação do art. 36, III, “a”, da Lei nº 8.112/90. (destaques do original)

11. Diante da manifestação supra, que manteve a decisão de indeferimento do pleito, o requerente reiterou sua solicitação conforme se verifica no documento de fls. 58-59, motivando o encaminhamento da matéria à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Ibama que, por intermédio do PARECER: Nº 0373/2010 – CONEP/TF, fls. 63-64, declarou “impossibilidade de conhecer e manifestar-se sobre os fatos trazidos pelo servidor, ampla e devidamente analisados em grau de recurso pelo setor competente, SELEN, em razão da matéria”.

12. Informou ainda, aquela Procuradoria Federal, que os critérios e procedimentos para a remoção de servidores do IBAMA constam da Portaria Normativa nº 16, de 23 de junho de 2010.

13. Ato contínuo, a Coordenação-Geral de Estudos e Pareceres da Procuradoria Geral Federal Especializada – PGE, exarou o DESPACHO Nº 0734/2010 – CONEP/Asb, fls. 65-99, nos seguintes termos:

No caso em comento, o servidor XXXXXXXXXXXX postula sua remoção para a cidade de Natal, sob o argumento de que sua esposa, analista ambiental antes lotada na mesma cidade fora redistribuída para o ICMBio, com lotação na FLONA de Nísia Floresta, na região da Grande Natal. Verifica-se que, passando ao largo da redistribuição ter sido ou não solicitada pela servidora, fato é que dela não decorreu a necessidade de deslocamento, ou seja, de mudança de localidade de residência para trabalhar no novo local de lotação. Nesse diapasão, os comprovantes de residência colacionados às fls. 06 demonstram que a esposa do requerente continuar a residir na cidade da Natal-RN. Às fls. 10 carreu-se documento em que restou consignado que o Município de Nísia Floresta integra a Grande Natal. Ou seja, compulsados os autos, verifica-se que não obstante a servidora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, esposa do interessado, tenha sido redistribuída,

não houve necessidade de alteração de domicílio, elemento necessário para conceder-se a remoção pleiteada.

Nesses termos, a remoção tencionada pelo servidor, na forma em que foi deduzida nos presentes autos, não encontra amparo no ordenamento jurídico.

14. Irresignado, o pleiteante apresentou os recursos de fls. 67 e 68-70. No primeiro, solicita o encaminhamento do processo à autoridade imediatamente superior para análise do recurso. Em segundo, apresenta o histórico dos fatos e, ao final, reitera o deferimento do pedido de remoção.

15. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/MMA, ao analisar o recurso, se manifestou conforme Despacho de fls. 71-75, com o seguinte entendimento:

20. Com a devida licença das manifestações contrárias à pretensão do requerente, não estamos plenamente convencidos – à vista da legislação e normas que tratam da matéria – de que assista razão ao postulante. Isto porque não temos dúvida de que houve deslocamento do cargo ocupado pela esposa do requerente **no interesse da Administração**, hipótese prevista na alínea a, inciso III, do art. 36. Aqui cabe observar que o legislador fala claramente em servidor público “**que for deslocado**”, não diz removido, e **a redistribuição é uma das formas de deslocamento de cargo efetivo** ocupado (que pode ou não ensejar mudança de localidade ou domicílio).

21. Como registramos, a redistribuição poderá ocorrer sem que necessariamente ocorra mudança de domicílio do respectivo ocupante do cargo (Portaria MP nº 57/2000, art. 10); o qual (cargo) – a rigor – é que deve ser objeto do deslocamento (de um para outro quadro de pessoal). Se ocupado, evidentemente ocorrerá o deslocamento do servidor.

16. Por derradeiro, o Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais encaminhou os autos com solicitação de pronunciamento.

17. É o que importa relatar.

18. De acordo com autos, o cerne da questão cinge-se acerca da possibilidade de remoção do servidor cujo cônjuge, a Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, participou de processo de redistribuição sendo lotada em outra cidade porém, ainda no Estado do Rio Grande do Norte/RN.

19. Conforme Termo de Posse acostado às fls. 07, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX foi empossado no cargo de Analista Ambiental, no dia 08 de março de 2010, na cidade de Brasília – DF.

20. Posteriormente, a esposa, que já se encontrava lotada em órgão no Estado do Rio Grande do Norte e **participou de processo de redistribuição para outro órgão, também localizado naquela UF, teve o ato efetivado por intermédio da Portaria nº 693, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2010.**

21. Após a efetivação da redistribuição da interessada, o servidor solicitou remoção para acompanhá-la, com base no art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe, *in verbis*:

Da Remoção

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.[v. art.242].

Parágrafo único: Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

I – de ofício, no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.1997)

II - a pedido, a critério da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.1997)

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.1997)

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

22. De acordo com o dispositivo supra, a remoção pretendida nos autos, está prevista na alínea “a”, inciso III, parágrafo único, condicionada a que o cônjuge ou companheiro:

a) também seja servidor público civil ou militar de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

b) tenha sido deslocado no interesse da Administração.

23. No caso posto em voga, conclui-se que não houve deslocamento da Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX no interesse da Administração. Ao contrário, trata-se de situação que já restava configurada em momento anterior à contração do matrimônio de ambos, eis que a requerente, quando tomou posse no cargo efetivo, no Estado do Rio Grande do Norte, ainda não era casada.

24. Da mesma forma, o requerente, que à época ainda não havia contraído matrimônio com a interessada, participou de concurso público para ocupação de vaga na cidade de Brasília-DF, que é, na verdade provimento inicial de cargo e não deslocamento.

25. Desta feita, não pode a Administração Pública ser responsabilizada pela situação apresentada nos autos, uma vez que a opção por participar de certame público e tomar posse nos cargos efetivos em distintas Unidades da Federação se deve, única e exclusivamente, ao interesse e conveniência dos interessados.

26. Da mesma forma, conforme se depreende das informações colhidas dos autos, a redistribuição da servidora decorre de sua vontade e não de ato discricionário da Administração que apenas formalizou o concurso de redistribuição do qual a servidora optou por participar.

27. Assim, conclui-se pela impossibilidade de atendimento do pleito, uma vez que não houve deslocamento da servidora e que a sua participação no concurso de redistribuição, realizado pelo órgão, ocorreu exclusivamente no seu interesse e não por critério ou determinação da Administração Pública.

28. Pertinente destacar que, ao analisar o critério do “**deslocamento**” como sendo fundamental para o deferimento de licença para acompanhar cônjuge, esta Secretaria de Gestão Pública exarou a NOTA TÉCNICA Nº 169/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 20 de novembro de 2014, da qual, é pertinente destacar o excerto a seguir, que também se aplica ao seguinte, *in verbis*:

19. Como se observa, o critério principal para a concessão da licença para acompanhar cônjuge, **é que tenha havido o deslocamento do servidor, ou seja, que este tenha sido deslocado no interesse da Administração.** Explique-se.

20. De fato, apesar de a licença para acompanhar o cônjuge e o exercício provisório estarem ligados à manutenção da unidade familiar, **tais institutos não se prestam a garantir a manutenção do vínculo com a União em quaisquer situações que levem à possibilidade de separação da unidade familiar, e sim nos deslocamentos de motivação profissional que não tenha sido causado por ação do próprio servidor ou de seu cônjuge ou companheiro.**

21. Significa dizer que, quando o deslocamento é proveniente de situações advindas da própria vontade do servidor ou de seu cônjuge não é cabível ao Estado arcar indistintamente com as opções pessoais dos servidores, fazendo estremecer outros princípios constitucionais vitais, quais sejam, a supremacia do interesse público, a eficiência e, em algum nível, a moralidade, uma vez que este não

contribuiu para configurar o desfazimento ou a desconstituição, quanto à finalidade da proteção ao vínculo familiar

22. No caso posto em voga, a interessada não se deslocou em razão de sua condição de servidora pública, mas em decorrência de provimento inicial de cargo público, situação que não decorre de qualquer vínculo anterior com a Administração, inviabilizando, assim, a concessão do exercício provisório.

29. Assim, conforme entendimento transcrito acima, somente restará caracterizado o deslocamento, quando a Administração, no seu interesse, houver concorrido para o “**deslocamento do servidor**”, o que não se caracteriza no caso posto em voga, uma vez que, a redistribuição da esposa foi ato de sua inteira responsabilidade, quando esta decidiu, por sua livre e espontânea vontade, participar do concurso de redistribuição.

30. Da mesma forma, não cabe responsabilização à Administração em relação ao esposo, uma vez que, a sua vinda para Brasília decorreu, exclusivamente, da sua opção por concorrer a uma vaga em UF diferente daquela em que tinha residência fixa.

31. Ademais, para que a remoção seja efetivada, o servidor deve atender, cumulativamente, a todos os critérios elencados na alínea “a”, inciso III, do art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990, principalmente, no que concerne ao deslocamento, que deve ter sido provocado no interesse da Administração.

32. Assim, a responsabilidade da Administração somente se configura, quando esta, **no seu interesse, tiver dado causa ao deslocamento do servidor** e não quando tenha ocorrido por ação do próprio servidor. Tal entendimento já se encontra em vigor no âmbito deste órgão Central do SIPEC, conforme se verifica da Nota Técnica nº 331/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, de 26 de julho de 2011, revigorado pela NOTA TÉCNICA Nº 169/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 20 de novembro de 2014¹.
Vejamos:

19. Como se observa, o critério principal para a concessão da licença para acompanhar cônjuge, é que tenha havido o **deslocamento do servidor**, o seja, que este tenha sido deslocado no interesse da Administração. Explique-se.

20. De fato, apesar de a licença para acompanhar cônjuge e o exercício provisório estarem ligados à manutenção da unidade familiar, tais institutos não se

¹ - disponível para consulta, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.servidor.gov.br link: legislação.

prestam a garantir a manutenção do vínculo com a União em **quaisquer** situações que levem à possibilidade de separação da unidade familiar, e sim nos **deslocamentos** de motivação profissional que não tenham sido causado por ação do próprio servidor ou de seu cônjuge ou companheiro.

21. **Significa dizer que, quando o deslocamento é proveniente de situações advindas da própria vontade do servidor ou de seu cônjuge não é cabível ao Estado arcar indistintamente com as opções pessoais dos servidores, fazendo estremecer outros princípios constitucionais vitais, quais sejam, a supremacia do interesse público, a eficiência e, em algum nível, a moralidade, uma vez que este não contribuiu para configurar o desfazimento ou a desconstituição, quanto à finalidade da proteção ao vínculo familiar.**

(...)

27. Ressalte-se ainda que ao analisar caso análogo, em que o servidor e seu cônjuge indiscutivelmente residiam em UFs distintas, a Divisão de movimentação de Pessoal – DIMOV se manifestou no sentido de ser inviável a responsabilização da União pela separação da unidade familiar, pois se trata de situação resultante da opção da servidora por ingressar em quadro de pessoal em UF diversa daquela onde residia com seu cônjuge.

28. Por todo o exposto, este Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal – DENOP entende que:

(...)

III – que o **deslocamento** do cônjuge ou companheiro por força de situação profissional totalmente alheia à sua vontade, é o requisito essencial para se conceder a licença para acompanhar cônjuge ou companheiro ou o exercício provisório, uma vez que afasta, sem que isso se configure qualquer desrespeito ao art. 226 da Constituição Federal, qualquer responsabilidade ou obrigatoriedade de a Administração manter o vínculo, seja pelo exercício provisório ou pela licença **em situações advindas da própria vontade do servidor ou de seu cônjuge, uma vez que esta não contribuiu para configurar o desfazimento ou a desconstituição, quanto à finalidade da proteção ao vínculo familiar.**

33. Com tais esclarecimentos, conclui-se não ser possível o deferimento do pleito e tampouco a responsabilização da Administração Pública, uma vez que a redistribuição da servidora se deu em razão de sua opção por participar de processo seletivo oferecido pelo órgão.

34. Vencida esta etapa, é pertinente tecer algumas considerações acerca de entendimentos apresentados nos autos.

35. Em primeiro, o servidor apresentou 3 (três) pedidos de reconsideração, conforme se observa às fls. 14/15, 58/59 e 67, sendo todos analisados pelas autoridades pertinentes e, ao final, encaminhado os autos à apreciação desta Secretaria de Gestão Pública. Acerca dos pedidos de reconsideração/recursos apresentados pelo servidor em razão do indeferimento do pleito, é importante transcrever o que dispõem os arts. 56 e 57 da Lei nº 9.784, de 1999, *in verbis*:

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

(...)

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

36. Portanto, a competência para analisar os recursos apresentados pelo servidor é do órgão que proferiu a decisão questionada, não cabendo a esta Secretaria de Gestão Pública agir como instância recursal.

37. E, em segundo, conforme determina o art. 57 da Lei nº 9.784, de 1999, os recursos administrativos estão limitados a, no máximo, três instâncias administrativas, o que já teria se esgotado no âmbito do IBAMA, não cabendo o encaminhamento dos autos a este órgão Central do SIPEC para manifestação, até mesmo porque já havia entendimento em vigor acerca da matéria.

38. Com tais informações, submetemos o presente processo à apreciação das instâncias superiores para que, se de acordo, encaminhar os autos à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente para conhecimento e providências de sua alçada.

Brasília, 23 de dezembro de 2014.

CLEONICE SOUSA DE OLIVEIRA

Técnica da DILAF

De acordo. À deliberação do Senhor Diretor, para apreciação dos termos técnicos expostos, e, se de acordo, encaminhar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente.

Brasília, 23 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ALVES DE ASSIS

Coordenadora-Geral de Aplicação das Normas - Substituta

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente, na forma proposta.

Brasília, 23 de dezembro de 2014.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA

Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal